

Dinâmicas Sociais no território da Diocese

Fórum Lisboa, Av. de Roma, nº14L
Lisboa, 5 de março de 2015

Teresa Ferreira Rodrigues
Instituto Português de Relações Internacionais
Universidade NOVA de Lisboa
trodriques@fcsh.unl.pt

De acordo com os dados recentemente divulgados pela PORDATA, Portugal possui 10,5 milhões de residentes e 4 milhões de famílias, a que corresponde uma dimensão média de 2,6 pessoas (*Retrato de Portugal em 2014*). Anualmente nascem menos pessoas que as que morrem. As crianças nascidas na atualidade têm mães cujas idades em média ultrapassam os 30 anos, e cerca de metade nunca terão irmãos. Com efeito, as mulheres têm o seu primeiro filho depois dos 30 anos e só excepcionalmente mais de dois. A média de 1,3 filhos por mulher reflete essa realidade, que não coincide com as vontades da maioria. Com efeito, o último *Inquérito à Fecundidade* realizado em 2013 pelo Instituto Nacional de Estatística confirma que as expectativas das famílias portuguesas se situam no patamar dos dois a três filhos, mais um do que o que acabam por ter. Fator de alguma esperança, mas que deve ser olhado com atenção e exige o encontrar de soluções que permitam fazer coincidir aspirações e realização familiar. No nosso país por cada 100 jovens existem 130 idosos, embora as zonas do litoral e urbanas sejam menos envelhecidas que as rurais e de interior.

Como consequência de todas estas variáveis, desde 2010 que o total de residentes no país tem vindo a reduzir-se, a) porque Portugal deixou de ser atrativo para a imigração, b) porque a emigração de cidadãos portugueses não deixa de aumentar e c) porque a natalidade não dá sinais de subida. De acordo com as estimativas elaboradas pelo INE seremos 8-9 milhões ou menos em 2060, não se prevendo a alteração significativa da situação atual que coloca Portugal como o sétimo país mais envelhecido do Mundo.

Assim, o envelhecimento das estruturas de idade, a fecundidade e as migrações são os vetores estratégicos em que devem assentar, em nosso entender, as reflexões e propostas estratégicas de atuação em termos de políticas públicas, no sentido de agir sobre este cenário que parece a todos os títulos sombrio.

Um pouco de história.

A sociedade portuguesa conheceu profundas alterações ao longo do século XX. Múltiplos fatores vão contribuindo para a (re)configuração da sociedade que, mais acentuadamente a partir dos anos 70, conhece um processo de modernização e mudança social que progressivamente a aproxima dos níveis de modernização social e condições de vida existentes em outros países da Europa. Na verdade, as melhorias no bem-estar das populações, que vão ocorrendo em diferentes momentos, por vezes só inteligíveis a longo prazo, refletem a interdependência entre dinâmica demográfica, qualidade de vida e políticas públicas.

No início do século XXI, os ciclos de vida longos e estáveis, com saldos naturais nulos e continuamente negativos desde 2009, caracterizam a dinâmica da população portuguesa, tanto a nível nacional como regional. A contínua descida dos níveis da fecundidade e o recuo dos níveis de mortalidade, não só nas primeiras idades mas também nos grupos dos mais idosos, contribuem para o envelhecimento das estruturas etárias.

A questão do envelhecimento tornou-se um aspeto incontornável da atualidade, com consequências ao nível da adaptação (bem ou mal conseguida) da sociedade portuguesa a novos tipos de população, com cada vez menos jovens e mais idosos. Por outro lado, a emigração, a imigração e as migrações internas registaram grandes alterações no volume, intensidade e características, tornando-se as variáveis chave na explicação das novas dinâmicas demográficas.

Todavia este quadro, que era marcado desde finais do século XX por um crescimento do número de habitantes gradualmente reduzido (devido à descida sustentada dos níveis de fecundidade e a um contexto de mortalidade baixa) e cada vez mais dependente dos movimentos migratórios, alterou-se. Na verdade, segundo os dados mais recentes divulgados pelo INE, entre 2010 e 2013 o número de residentes no país diminuiu cerca de 145 mil pessoas, quer porque desde 2009 morrem mais pessoas que as que nascem, quer porque desde 2011 saem mais pessoas do país que as que entram¹.

¹ Entre 2010 e 2013 registou-se um saldo natural (diferença entre número total de Nascimentos e Óbitos em determinado ano ou período) de menos 47 505 pessoas e um saldo migratório (diferença entre

A par da evolução de sinal negativo dos saldos naturais e migratório, o processo de envelhecimento demográfico da população portuguesa na base como no topo², tem-se agravado nos últimos anos, tal como revela o índice de envelhecimento (ratio que compara o total de idosos por cada centena de jovens), que passou de 130 idosos por cada cem jovens em 2011, para 134 em 2013 (PORDATA, 2014).

Todos estes acontecimentos se inter-relacionam de forma complexa e vão progressivamente influenciar os comportamentos individuais, abrir caminho para novas formas de parentalidade e de conjugalidade (aumento das famílias recompostas e monoparentais decorrente do aumento do número de divórcios, da coabitação sem casamento formal, do aumento do número de nascimentos fora do casamento), uma maior participação das mulheres no mercado de trabalho e o adiamento da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho.

A partir de 1982 deixou de ser assegurada a renovação das gerações, isto é, a fecundidade desce abaixo dos 2,1 filhos, valor necessário para que cada mulher deixe uma futura mãe para a geração seguinte. Hoje este indicador regista o valor mais baixo de sempre de 1,2 filhos, o que situa Portugal entre os países europeus com a fecundidade mais baixa. A passagem para este perfil de baixa fecundidade ocorre, como referimos, num contexto de mudanças sociais, associado a novos modelos familiares.

Decorrente desta tendência de declínio dos níveis de fecundidade, o número de nados vivos tem vindo a diminuir acentuadamente. Em 2013 registaram-se 83 mil nascimentos, um número que dista muito dos 181 mil nados-vivos em 1970. A consequência desta tendência é a diminuição dos quantitativos de crianças e jovens, com reflexos no progressivo estreitamento da base da pirâmide etária da população portuguesa.

A par da redução da fecundidade, a redução da mortalidade contribuiu igualmente para o envelhecimento da população portuguesa e indicia transformações substanciais ao nível da qualidade de vida das populações e de acesso de todos os grupos sociais ao sistema nacional de saúde. Ao longo do século XX, a diminuição da mortalidade, que se

número total de Imigrantes e Emigrantes em determinado ano ou período) de menos 97 915 pessoas (INE, 2014).

² Diz-se que uma população está a envelhecer na base quando as percentagens de jovens estão a diminuir e que está a envelhecer no topo, quando as percentagens de idosos estão a aumentar.

refletiu no alongamento da esperança de vida³ permitiu o progressivo aumento da população com 65 anos e mais. Em 1970, a esperança de vida à nascença rondava os 67 anos, mas hoje é de 77,3 para os homens e 83,6 para as mulheres (PORDATA, 2014).

Na origem desta evolução estão os progressos verificados em termos da ciência médica, quanto aos meios de diagnóstico e de tratamento, e também ao nível das condições socioeconómicas (Fernandes, et al., 2004; Moreira e Rodrigues, 2010). A alteração da estrutura da mortalidade radica na diminuição do peso dos óbitos em Portugal, que no passado recente ocorriam durante o primeiro ano de vida, havendo agora uma maior concentração dos óbitos nas idades mais avançadas. Em simultâneo altera-se o perfil das causas de morte e as doenças infecciosas e parasitárias dão lugar às doenças crónicas e degenerativas como principais causas de morte.

Mas se até à década de 90, o crescimento da população se deve principalmente ao crescimento natural, a partir do início do séc.XXI as migrações tornam-se o fator determinante. A par dos movimentos de saída, especialmente intensos nos anos 60, a mobilidade interna que ocorreu nas décadas de 60 e 70 levou à redistribuição da população no território, de acordo com a maior ou menor capacidade de atração das regiões. O modelo de desenvolvimento que o país foi adotando ancorou-se numa organização territorial que privilegiou o litoral, onde se concentrou a maioria da população urbana, mas também as atividade económicas e os centros de decisão política. O reverso foi o abandono progressivo dos jovens em idade ativa das zonas rurais do interior. Deste modo, podemos concluir que a evolução da população portuguesa, tanto a um nível nacional como regional, tem sido condicionada pela intensidade e direção dos fluxos migratórios, sendo que em algumas regiões o seu impacto foi duplamente penalizador, por serem regiões de saída, tanto para outros países, como para as zonas urbanas do litoral.

De facto desde a segunda metade do séc. passado uma das principais características do aumento populacional reside na gradual e continua concentração da população nas zonas urbanas e a tendência para a litoralização. Em 2011 acentua-se este padrão de distribuição da população: no interior diminuí o número de concelhos cuja população

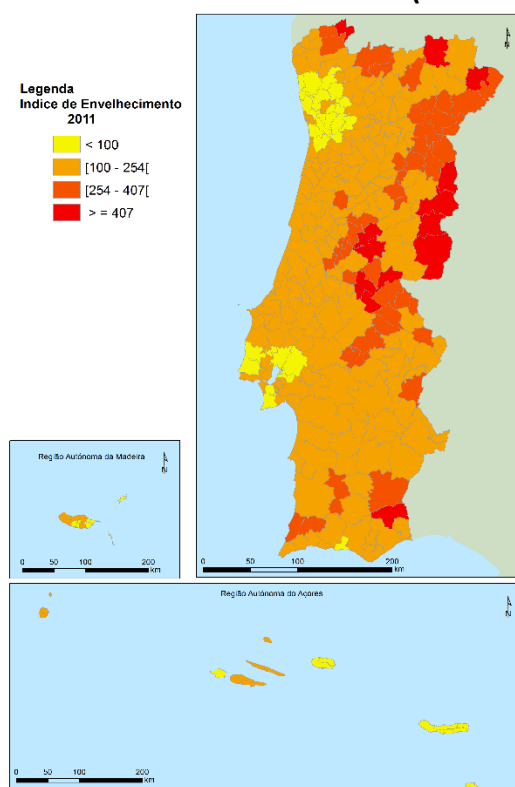
³ Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento de referência (INE).

apresenta uma variação positiva (apenas onze, excluindo o Algarve dada a sua especificidade no território nacional), enquanto no litoral e, principalmente as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, se concentram cerca de 43 por cento dos residentes em Portugal.

As migrações influenciaram o fenómeno do envelhecimento demográfico, principalmente a nível regional. Uma vez que o migrante tipo é jovem, a sua transferência provoca o rejuvenescimento nas zonas de fixação e acentua o envelhecimento dos locais donde provem.

Assim, a conjugação das migrações internas e externas com a fecundidade e a mortalidade, que conheceram níveis e velocidades de declínio diferentes, estão na origem da evolução das estruturas etárias e explica a dinâmica regional do envelhecimento⁴. Nos últimos anos o peso dos jovens reduz-se e aumenta o peso da população idosa, embora menos entre 2001 e 2011 do que em épocas anteriores.

Índice de envelhecimento em 2011 (rácio %)



Fonte: Recenseamentos da População, INE, 2011

⁴ Esta metodologia foi utilizada em Rodrigues, et al. (2010) e Moreira, et al. (2010).

Desta forma, independentemente da intensidade, o envelhecimento de Portugal está consolidado, tanto em termos médios nacionais, como quando descemos ao nível do município, ainda que persistam alguns concelhos à volta de Lisboa e Porto, nas regiões autónomas e no Algarve (Albufeira) que mantêm estruturas onde o peso dos jovens é superior ao dos idosos.

Numa ótica estritamente populacional, a região de Lisboa parte para as próximas décadas com alguma vantagem. Se juntarmos a estas vantagens a dinâmica socioeconómica e o índice de bem-estar que caracteriza alguns dos seus concelhos, teremos um cenário de alguma esperança, não obstante se imponha uma atuação urgente, para encontrar as melhores soluções para resolver ou minimizar potenciais efeitos menos positivos a nível do futuro demográfico da região.

Lisboa representa hoje 5,2% da população residente em Portugal, concentrada em apenas 0,1% do território. Nesta pequena parcela habitam 322865 famílias, 5,5% do total de famílias existentes em Portugal de acordo com os Censos 2011 (PORDATA, *Retrato de Lisboa, 2011*). À semelhança do que sucede no resto do país trata-se de uma população envelhecida, onde predomina a população adulta em idade ativa, nomeadamente de outras nacionalidades. Na região residem 10,2% do total de estrangeiros, cujo contributo apenas em parte consegue mitigar os efeitos da falta de jovens, sobretudo se atendermos às comunidades de origem africana e asiática, com um filho mais em média e menos três anos de idade que os nacionais. Ainda assim, mau grado esta diversidade de comportamentos, são preocupantes os efeitos devidos ao ratio negativo que caracteriza os grupos etários extremos. De sublinhar o caso da cidade de Lisboa, relativamente à qual o Censos 2011 dá conta da existência de 185 idosos por cada 100 jovens, o que torna a capital portuguesa na área mais envelhecida de toda a Grande Lisboa. Nesta realidade demográfica pouco animadora, cerca de um terço das mais de 300 mil famílias são unipessoais e destas mais de 42% são compostas por indivíduos com 65 e mais anos, na sua esmagadora maioria mulheres.

Que futuro se espera? Os exercícios prospetivos apontam para que também na Grande Lisboa a população se reduza nos próximos anos, mau grado uma ligeira recuperação dos níveis de fecundidade após 2020⁵. Note-se que esta subida da fecundidade só se irá concretizar caso se confirme o cenário migratório positivo, porque o rejuvenescimento etário decorre das estratégias de fixação residencial da população migrante, que apresenta idades mais jovens que a média nacional (menos 2-3 anos de idade e mais um filho em média). Os concelhos da região de Sintra continuam, tal como hoje, a apresentar os melhores indicadores de juventude, e Lisboa e Oeiras são os concelhos os mais envelhecidos.

Potencialidades e Vulnerabilidades da Área Metropolitana de Lisboa

PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Áreas de especial valor ecológico e de elevada qualidade paisagística e ambiental</u> • <u>Imigração multicultural</u> com relevância demográfica, económica e social • <u>Aumento da oferta do pré-escolar e melhoria dos equipamentos escolares.</u> • <u>Equipamentos e instituições de excelência a nível do ensino e formação profissional.</u> • <u>Concentração de recursos humanos, financeiros e tecnológicos</u> relevantes para a economia do conhecimento. • <u>Dinâmica regional assente em setores diversificados</u> e dinâmicos do desenvolvimento económico • <u>Rede de infraestruturas culturais e desportivas</u>, indutoras de dinâmicas de fixação e procura. • <u>Concentração de funções político-administrativas de âmbito nacional</u> • <u>Centralização de equipamentos e das principais infraestruturas logísticas</u> do sistema de transportes e de internacionalização da economia (aerportos, portos, plataformas logísticas) 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Elevado índice de pobreza e más condições de vida.</u> • <u>Perceção de insegurança</u> acentuada pelo aumento da marginalidade suburbana. • <u>Desordenamento urbanístico e territorial</u> (zonas desqualificadas, bairros clandestinos, degradação do parque habitacional dos bairros sociais., desertificação dos centros históricos). • <u>Altas taxas de insucesso e abandono em todos os níveis de ensino</u>, com deficiente apetrechamento das escolas públicas. • <u>Aumento do desemprego</u> e dificuldade de reintegração no mercado de trabalho de pessoas com qualificações médias e superiores. • <u>Elevado nível das emissões de poluentes atmosféricos</u> • <u>Rede local de equipamentos desportivos informais de proximidade insuficiente</u> e má utilização e gestão dos equipamentos existentes. • <u>Rede de transportes pouco eficaz.</u> • <u>Dificuldades nos processos de cooperação entre instituições públicas.</u> • <u>Incipiente cultura de participação cívica.</u>
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • <u>Áreas industriais em declínio</u> com localizações de excelência, que podem ser requalificadas e direcionadas para novas utilizações. • <u>Plano Regional de Ordenamento do Território</u> aprovado • <u>Elevado potencial</u> como rótula geoestratégica Norte-Sul e Europa-Atlântico. 	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Aumento da concorrência inter-regional</u> (Europa do Sul e de Leste) no que respeita à atração de empresas estrangeiras tecnologicamente avançadas. • <u>Forte concorrência</u> das cidades espanholas para a atração de investimentos e eventos internacionais.

⁵ Rodrigues, T. et al., *Regionalidade Demográfica e Diversidade Social*, Porto, Afrontamento, 2009, pp.246-265.

<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de reforçar a Região como destino de turismo.• Crescente mobilidade (estudantes, formandos, professores, formadores, investigadores) no espaço europeu.• Concentração de esforços nos domínios ligados à inovação e competitividade induz a maior articulação com as regiões vizinhas, potenciando a criação de uma nova rede regional de governação.• Nova geração de políticas urbanas.• Características multiculturais da região• Capacidade de aumento de formas de cooperação a nível inter-regional e urbano-rural• Orientações comunitárias proactivas no âmbito da coesão social	<ul style="list-style-type: none">• <u>Fragilidade do tecido empresarial</u> no financiamento e no investimento em projetos estruturantes e em parcerias público privadas, no apoio à arte e desporto.• Falta de empreendedorismo de qualidade.• Polarização do mercado de trabalho e concentração de imigrantes em atividades mal remuneradas e precárias.• Forte pressão para alteração do uso de zonas ambientalmente preservadas e disseminação desregrada dos loteamentos turístico habitacional• Políticas sócio urbanísticas inadequadas e desarticuladas potenciam riscos de conflito social.• Insuficiente flexibilidade de gestão na administração pública.• Dificuldades de articulação de políticas sectoriais nacionais com implicações regionais.
--	---

Fonte: Rodrigues, T. et all, Regionalidade Demográfica e Diversidade Social, Porto, Afrontamento, 2009, pp.264-5

Como responder às alterações inevitáveis? A questão coloca-se muito em termos da família, relativamente à qual todos parecer concordar que continua a ser a base de organização da sociedade portuguesa, mau grado todas as recentes e rápidas mudanças a que tem sido sujeita. Falamos da sua composição, constituição, organização e papeis protagonizados pelos seus elementos (cada vez menos numerosos).

À semelhança do que tem sucedido na maior parte das políticas publicas setoriais, também a família tem sido objeto de medidas avulsas, que não têm em conta alguns aspetos fundamentais, cuja resolução poderia contribuir para resolver parte do problema de envelhecimento nacional. Porque em último caso falamos de família, quer se trate de reconhecer as especificidades dos mais velhos, quer as dos mais novos, quer as dos adultos.

Limitamos a nossa intervenção a algumas considerações sobre as duas faces mais visíveis desta nossa realidade:

1. os mais velhos, que são hoje muito diversos nas suas necessidades e expectativas quando comparados com os do passado;
2. terminaremos a falar da urgência de criar uma politica de natalidade consistente, baseada nos princípios da liberdade de escolha, cuja eficácia depende da criação de condições de qualidade de vida e bem-estar para quem opte por ter filhos, qualquer que seja o seu número.

As ações em termos de políticas públicas têm-se concentrado nas questões do envelhecimento, dada a maior visibilidade do fenómeno. Com efeito, será necessário o envolvimento de toda a sociedade civil com vista a garantir a mudança de paradigma associado ao envelhecimento. Propomos⁶:

- ✓ Repensar todos os grupos etários (idade de reforma precoce, reforma tardia e velhice)
- ✓ A emergência de uma política global da idade, que articule os critérios de análise às novas realidades
- ✓ Configuração de uma plataforma estratégica para uma mudança de atitude face aos idosos
- ✓ Saber viver com as diferenças numa sociedade configurada em mosaico, na qual modelos tradicionais e novos estilos de vida convivem lado a lado, sem que existam modelos dominantes e modelos ocultos ou marginais

No relativo à natalidade recorreremos às propostas enunciadas em 2014 num relatório coordenado por Joaquim Azevedo⁷ e que em termos de +ótica de abordagem não diferem em *modus operandi* das anteriormente enunciadas.

Não pode existir mudança sem que exista confiança no futuro e na melhoria das condições de vida, fruto do desenvolvimento económico do país. Sugere-se:

- ✓ Política de natalidade integrada de todos os intervenientes para todos os cidadãos
- ✓ Há que remover obstáculos e não criar benefícios: cada criança conta de per si, sem penalizar ou beneficiar que tem mais filhos
- ✓ Há que pensar para além de hoje: medir o impacto negativo da falta de jovens no horizonte dos próximos anos (quando adultos)
- ✓ Foram identificados 6 eixos estratégicos: um país amigo das crianças e das famílias, fiscalmente justo (cada filho conta individualmente); Harmonização da responsabilidade família-Trabalho (licenças parentais, trabalho parcial),

⁶ Nazareth, *Crescer e Envelhecer*, Ed. Presença, 2009: 163-179; COMISSÃO EUROPEIA, 2007.

⁷ *Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035). Remover os obstáculos à natalidade desejada*, (coord), Fundação Francisco Sá Carneiro, julho 2014.

educação e solidariedade social (custos e horários), Saúde (maior apoio e menos custos), compromisso social (tarifários para despesas domésticas com água, luz, etc, ATL, passes).

Roda da Natalidade / sustentabilidade demográfica



FONTE: *Por um Portugal amigo das crianças, das famílias e da natalidade (2015-2035). Remover os obstáculos à natalidade desejada*, (Joaquim Azevedo coord), Fundação Francisco Sá Carneiro, 2014.

PORQUE A VIDA É A ÚNICA DÁDIVA QUE RENOVA O MUNDO e nos permite retribuir às gerações passadas o esforço e dedicação que tiveram connosco.

MUITO Obrigado!